



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA PENAL DO ESPÍRITO SANTO
DIRETORIA ADJUNTO DA POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL AO SERVIDOR

TERMO DE REFERÊNCIA 001/2026
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ARRANJOS FLORAIS

1. DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “a” e art. 92, inciso I, da Lei 14.133/2021)

- 1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de arranjos florais (coroas de flores, buquês e arranjos de mesa), visando atender às demandas institucionais e cerimoniais da Polícia Penal do Estado do Espírito Santo, conforme as especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. A aquisição dar-se-á nos termos da tabela abaixo, dividida por grupos regionais para garantir a celeridade na entrega de produtos perecíveis:

GRUPO 1 - REGIÃO METROPOLITANA							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE	QUANTIDADE MÍN.	QUANTIDADE MÁX.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Coroa de flores para ocasião fúnebre, confeccionada com flores naturais, frescas e em adequado estado de conservação, com folhagens compatíveis, em dimensões aproximadas entre 1,20 m e 1,50 m de altura e entre 1,00 m e 1,30 m de diâmetro, admitida variação conforme padrão de mercado. Deverá conter faixa com identificação institucional, com largura aproximada entre 6 cm e 10 cm, contendo a inscrição “HOMENAGEM DA POLÍCIA PENAL DO	610261	UN.	1	25	R\$ 350,33	R\$ 8.758,25





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA PENAL DO ESPÍRITO SANTO
DIRETORIA ADJUNTO DA POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL AO SERVIDOR

	ESPÍRITO SANTO”, ou outra mensagem a ser definida pela Administração no momento da solicitação.						
02	Buquê de flores naturais confeccionado com 12 (doze) hastes de flores diversas , tais como rosas, tulipas, copos-de-leite, gardênia, astromélias , entre outras espécies compatíveis. As flores deverão ser frescas, de primeira qualidade, livres de defeitos, danos, murchamento ou sinais de deterioração, harmonizadas com folhagens e acabamento compatíveis. As cores poderão ser variadas ou definidas pela Administração, observada a disponibilidade sazonal das espécies.	602700	UN.	1	15	R\$ 283,33	R\$ 4.249,95
03	Arranjo para mesa principal médio ; no floral; tamanho: 40cm x 40cm; flores naturais; com cores diversas de acordo com a disponibilidade; a utilização das flores, folhagens e detalhes do arranjo estão condicionados a disponibilidade, pelo fato dos mesmo estarem relacionados a estação de cada tipo de flor, podendo ser substituídos pelos similares	630930	UN.	1	15	R\$ 315,08	R\$ 4.726,20





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA PENAL DO ESPÍRITO SANTO
DIRETORIA ADJUNTO DA POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL AO SERVIDOR

Valor total estimado por grupo R\$ 17.734,40 (Dezessete mil setecentos e trinta e quatro reais e quarenta centavos)							
GRUPO 2 - REGIÃO NORTE							
01	Coroa de flores para ocasião fúnebre, confeccionada com flores naturais, frescas e em adequado estado de conservação, com folhagens compatíveis, em dimensões aproximadas entre 1,20 m e 1,50 m de altura e entre 1,00 m e 1,30 m de diâmetro, admitida variação conforme padrão de mercado. Deverá conter faixa com identificação institucional, com largura aproximada entre 6 cm e 10 cm, contendo a inscrição “HOMENAGEM DA POLÍCIA PENAL DO ESPÍRITO SANTO”, ou outra mensagem a ser definida pela Administração no momento da solicitação.	610261	UN.	1	15	R\$ 350,33	R\$ 5.254,95
Valor total estimado por grupo R\$ 5.254,95 (Cinco mil duzentos e cinquenta e quatro reais e noventa e cinco centavos)							
GRUPO 3- REGIÃO SUL							
01	Coroa de flores para ocasião fúnebre, confeccionada com flores naturais, frescas e em adequado estado de conservação, com folhagens compatíveis, em dimensões aproximadas entre 1,20 m e 1,50 m de altura e entre 1,00 m e 1,30 m de diâmetro, admitida variação conforme padrão de mercado. Deverá conter faixa com identificação institucional, com	610261	UN.	1	15	R\$ 350,33	R\$ 5.254,95



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA PENAL DO ESPÍRITO SANTO
DIRETORIA ADJUNTO DA POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL AO SERVIDOR

	largura aproximada entre 6 cm e 10 cm, contendo a inscrição “HOMENAGEM DA POLÍCIA PENAL DO ESPÍRITO SANTO”, ou outra mensagem a ser definida pela Administração no momento da solicitação.						
Valor total estimado por grupo R\$ 5.254,95 (Cinco mil duzentos e cinquenta e quatro reais e noventa e cinco centavos)							
GRUPO 4 – REGIÃO CENTRAL							
01	Coroa de flores para ocasião fúnebre, confeccionada com flores naturais, frescas e em adequado estado de conservação, com folhagens compatíveis, em dimensões aproximadas entre 1,20 m e 1,50 m de altura e entre 1,00 m e 1,30 m de diâmetro, admitida variação conforme padrão de mercado. Deverá conter faixa com identificação institucional, com largura aproximada entre 6 cm e 10 cm, contendo a inscrição “HOMENAGEM DA POLÍCIA PENAL DO ESPÍRITO SANTO”, ou outra mensagem a ser definida pela Administração no momento da solicitação.	610261	UN.	1	15	R\$ 350,33	R\$ 5.254,95
Valor total estimado por grupo R\$ 5.254,95 (Cinco mil duzentos e cinquenta e quatro reais e noventa e cinco centavos)							
Valor total global: R\$33.499,25 (trinta e três mil, quatrocentos e noventa e nove reais e vinte e cinco centavos)							

Obs* Os municípios que compõem cada região encontram-se discriminados e identificados por cores no mapa constante do Anexo III deste Termo de Referência.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA PENAL DO ESPÍRITO SANTO
DIRETORIA ADJUNTO DA POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL AO SERVIDOR**

- 1.3. A presente contratação, por meio de Ata de Registro de Preços, possibilitará aquisições conforme necessidade da Administração, dentro do prazo de vigência da ata, assegurando economicidade, padronização e eficiência na gestão dos recursos públicos, conforme a justificativa apresentada na cláusula 4.2;
- 1.4. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descrito neste Termo, com as do compras.gov - CATMAT e do SIADES, prevalecerão as especificações constantes neste Termo de Referência. Para elaboração da proposta o participante deve se basear no descritivo contido neste Termo de Referência.
- 1.5. Os bens objetos desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.6. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 5.352-R/2023.
- 1.7. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de publicação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado preço vantajoso, conforme disposto no art. 84 da Lei nº14.133/2021;
- 1.8. Em caso de prorrogação da vigência da ARP, as quantidades inicialmente registradas serão renovadas integralmente, não sendo admitida a cumulação com quantitativos não utilizados no período anterior, nos termos do § 2º do art. 32 do Decreto nº 5.354-R/2023
- 1.9. Admite-se a prorrogação antecipada da ARP quando houver o esgotamento do quantitativo de, ao menos, um de seus itens, hipótese em que a prorrogação de um item implicará a prorrogação dos demais na mesma data, independentemente do quantitativo remanescente para cada item, nos termos do § 3º do Art. 32 do Decreto 5.354/2023.
- 1.10. Na hipótese de inviabilidade técnica de publicação no PNCP, a publicação de que trata o item 1.7 deverá ocorrer no Diário Oficial do Estado;





**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA PENAL DO ESPÍRITO SANTO
DIRETORIA ADJUNTO DA POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL AO SERVIDOR**

- 1.11. O instrumento para formalização das contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços será a Ordem de Fornecimento, observado o prazo de vigência de 12 (doze) meses da Ata e o disposto na legislação vigente.
- 1.12. O modo de disputa será o aberto e fechado, conjuntamente, pela expectativa de trazer ganhos substanciais sobretudo no que diz respeito ao grau de economicidade, tendo em vista a ampliação da disputa entre os participantes e trazendo maior competitividade ao certame. Ainda, espera-se reduções significativas comparado ao valor estimado da licitação previsto neste documento.

DO PARCELAMENTO DO OBJETO

- 1.13. O objeto da presente contratação será parcelado em lotes distintos, considerando a distribuição geográfica das unidades da Polícia Penal no Estado do Espírito Santo, bem como a necessidade de garantir eficiência logística e celeridade no atendimento das demandas. O parcelamento será estruturado por regiões, conforme abaixo, sendo que os municípios que compõem cada região encontram-se identificados no mapa constante do Anexo III deste Termo de Referência.
 - Grupo 01 – Região Metropolitana;
 - Grupo 02 – Região Norte;
 - Grupo 03 – Região Sul;
 - Grupo 04 – Região Central
- 1.14. A divisão por lotes visa ampliar a competitividade do certame, possibilitando a participação de fornecedores locais ou regionais, bem como assegurar maior eficiência na execução contratual, especialmente quanto aos prazos de entrega, considerando as especificidades logísticas e operacionais de cada região, admitindo-se, por consequência, a formação de preços distintos entre os lotes.
- 1.15. Considerando a natureza do objeto, os itens que compõem o grupo 1- Região Metropolitana (coroas de flores e arranjos florais) serão contratados de forma conjunta, em razão de sua similaridade e da possibilidade de fornecimento por empresas do mesmo ramo de atividade (floriculturas).





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA PENAL DO ESPÍRITO SANTO
DIRETORIA ADJUNTO DA POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL AO SERVIDOR

DA GARANTIA DO OBJETO

- 1.16. Os itens fornecidos deverão ser entregues em perfeito estado de conservação confeccionados com flores naturais e dentro de padrão adequado de qualidade, compatível com a finalidade da contratação.
- 1.17. A contratada deverá assegurar a qualidade dos produtos no ato da entrega, responsabilizando-se pela substituição imediata, sem ônus para a Administração, de quaisquer itens que apresentem defeitos, deterioração precoce ou desconformidade com as especificações estabelecidas.
- 1.18. Considerando a natureza perecível do objeto, não se aplica a garantia contratual prolongada, devendo a verificação da conformidade ocorrer no momento do recebimento.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. inciso XXIII, alínea “b”, da Lei 14.133/2021)

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.
- 2.2. Sem prejuízo do conteúdo constante dos Estudos Técnicos Preliminares, apresenta-se, a título de síntese, que a presente contratação tem por finalidade o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de coroas de flores e arranjos florais, destinados à realização de homenagens institucionais no âmbito da Polícia Penal do Estado do Espírito Santo, em situações que demandem manifestação formal da Administração, especialmente em casos de falecimento de servidores, ex-servidores ou outras hipóteses institucionalmente justificadas.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “c”, da Lei 14.133/2021)





**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA PENAL DO ESPÍRITO SANTO
DIRETORIA ADJUNTO DA POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL AO SERVIDOR**

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.
- 3.2. Sem prejuízo conteúdo constante dos Estudos Técnicos Preliminares, apresenta-se, a título de síntese, que a solução proposta consiste na adoção de registro de preços para contratação de empresa especializada no fornecimento, sob demanda, de coroas de flores e arranjos florais (buquês), compreendendo a confecção, montagem, transporte e entrega nos locais indicados pela Administração.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021)

- 4.1. A contratação será feita por meio do Sistema de Registro de Preços, cuja ata resultante da licitação terá como validade o período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, por igual período, nos termos do Art. 32, do Decreto nº 5354-R/2023;
- 4.2. A utilização do Sistema de registro de Preços (SRP) justifica-se em razão da natureza eventual, incerta e não continuada da demanda, uma vez que as solicitações de coroas de flores e arranjos florais decorrem de situações supervenientes, não sendo possível definir previamente, com exatidão, o quantitativo necessário durante toda a vigência da ata. Além disso, o SRP mostra-se mais vantajoso para a Administração, por permitir contratações sob demanda, evitar a formação de estoques de itens perecíveis e reduzir custos administrativos decorrentes da instauração de múltiplos procedimentos licitatórios.
- 4.3. O licitante deverá apresentar proposta para a integralidade dos quantitativos estimados dos itens constantes neste Termo de Referência, observadas as especificações estabelecidas, devendo os produtos ofertados atender aos requisitos mínimos de qualidade, apresentação e demais condições previstas para o objeto da contratação.
- 4.4. A proposta comercial deverá conter a descrição clara e objetiva dos itens ofertados, com a identificação do tipo de arranjo floral, composição básica, dimensões aproximadas, padrão de acabamento e demais informações necessárias à adequada





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA PENAL DO ESPÍRITO SANTO
DIRETORIA ADJUNTO DA POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL AO SERVIDOR

avaliação pela Administração. Não será admitida a mera reprodução das especificações constantes neste Termo de Referência, sem a correspondente descrição real do produto ofertado.

- 4.5. Os itens serão fornecidos sob demanda, mediante a solicitação da Administração, em razão da natureza eventual e, por vezes, emergencial das ocorrências que ensejam a contratação. As entregas deverão ser realizadas nos locais oportunamente indicados no momento do acionamento, não havendo endereço fixo predeterminado, observada a divisão regional dos grupos e a respectiva área de atendimento de cada fornecedor registrado.
- 4.6. Os produtos fornecidos deverão ser confeccionados com flores naturais, frescas e em adequado estado de conservação, observando padrões compatíveis de qualidade, apresentação, higiene e acondicionamento, de modo a assegurar a adequada finalidade institucional da contratação.
- 4.7. A contratada deverá observar boas práticas de transporte e manuseio, responsabilizando-se pela integridade dos arranjos florais até o efetivo recebimento pela Administração ou destinatário indicado, promovendo, sem ônus adicional, a substituição imediata dos itens entregues em desconformidade.

DA EXIGÊNCIA DE CATÁLOGOS

- 4.8. Antes da Emissão da Ordem de Fornecimento, a Administração poderá solicitar à contratada o envio de fotografias do item já confeccionado ou montado, ou, quando pertinente, catálogo, portfólio ou outro documento equivalente, com a finalidade de acompanhar a execução da contratação e verificar, de forma visual, a apresentação, o estado aparente de conservação e o atendimento às características gerais previstas neste Termo. Os documentos deverão ser encaminhados ao endereço eletrônico ou ao número de telefone com Whatsapp informado pela Administração no momento da solicitação.
- 4.9. O encaminhamento das fotografias ou dos documentos de que trata o item anterior não implica aceitação definitiva do objeto nem afasta a responsabilidade da contratada pela entrega dos itens em perfeitas condições de uso, observadas as especificações deste



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA PENAL DO ESPÍRITO SANTO
DIRETORIA ADJUNTO DA POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL AO SERVIDOR

Termo de Referência, permanecendo o recebimento sujeito à conferência pela Administração no momento da entrega.

REGRAS PERTINENTES À PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO

- 4.10. A Administração Pública permite a participação de empresas em consórcio quando as características e a complexidade do objeto demandam a colaboração entre entidades privadas. No entanto, no caso específico dos objetos deste Termo de Referência, considerando que os itens a serem adquiridos são padronizados e de fornecimento comum no mercado, não há justificativa técnica ou econômica para a divisão de responsabilidades entre empresas distintas, motivo pelo qual não se admite a participação de consórcio.

DA SUBCONTRATAÇÃO

- 4.11. Não será admitida a subcontratação parcial ou total do objeto, devendo todas as obrigações contratuais serem executadas diretamente pela empresa vencedora do certame.

DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 4.12. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO OU FORMA DE FORNECIMENTO DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “e”, da Lei nº 14.133/2021)
--

CONDIÇÕES DE ENTREGA

- 5.1. O fornecimento dos itens ocorrerá sob demanda, mediante acionamento da CONTRATANTE, realizado por telefone, e-mail ou outro meio oficial indicado pela Administração, em razão da natureza eventual e, por vezes, emergencial das ocorrências que ensejam a contratação.
- 5.2. O fornecimento será realizado sob demanda, não gerando obrigação de aquisição, conforme a solicitação e necessidade da Administração.
- 5.3. A entrega deverá ser realizada nos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, contados do respectivo acionamento, no endereço oportunamente informado pela Administração, observada a região correspondente ao lote contratado. Por se tratar de produtos perecíveis, a CONTRATADA deverá garantir que as flores estejam frescas e em perfeito estado de conservação e apresentação no momento da entrega.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA PENAL DO ESPÍRITO SANTO
DIRETORIA ADJUNTO DA POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL AO SERVIDOR

- 5.3.1. Para as **coroas de flores destinadas a ocasiões fúnebres**, a entrega deverá ser realizada no prazo máximo de **até 04 (quatro)** horas, contadas do acionamento realizado pela Administração, considerando o caráter urgente da demanda. Para os buquês e arranjos de mesa, a entrega deverá ocorrer conforme solicitação da CONTRATANTE, em prazo informado no momento do acionamento, respeitado o limite máximo de até 24 (vinte e quatro) horas para atendimento, podendo, em situações urgentes, ser exigido prazo inferior, observada a viabilidade operacional da CONTRATADA.
- 5.3.2. Em situações urgentes devidamente informadas pela CONTRATANTE no momento da solicitação, a contratada deverá adotar as providências necessárias para atendimento em prazo inferior, conforme disponibilidade operacional e compatibilidade com a complexidade do item solicitado
- 5.3.3. Em situações excepcionálíssimas, devidamente justificadas, decorrentes de caso fortuito, força maior ou circunstâncias imprevisíveis, o prazo poderá ser flexibilizado mediante comunicação imediata à CONTRATANTE e anuência da fiscalização contratual.
- 5.3.4. Todos os materiais necessários, ferramentas e demais custos diretos e indiretos necessários para execução e entrega dos serviços serão por conta da contratada.
- 5.4. A CONTRATADA deverá manter canal de comunicação ativo e atualizado para recebimento das solicitações da CONTRATANTE, por telefone, e-mail ou outro meio oficial indicado pela Administração, devendo confirmar o recebimento do acionamento e informar a previsão estimada de entrega.
- 5.5. Os itens deverão ser entregues nos locais indicados pela CONTRATANTE no momento de cada solicitação, não havendo endereço fixo predeterminado, podendo o atendimento ocorrer em qualquer município integrante da região correspondente ao lote contratado, conforme a necessidade administrativa.
- 5.5.1. Considerando a sistemática do Sistema de Registro de Preços, a definição do local exato de entrega, do quantitativo demandado e das especificações complementares ocorrerá a cada acionamento da Administração, realizado por telefone, e-mail, Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho ou outro meio oficial equivalente.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA PENAL DO ESPÍRITO SANTO
DIRETORIA ADJUNTO DA POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL AO SERVIDOR

GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- 5.6. Considerando a natureza perecível do objeto, não se aplica garantia contratual prolongada. A contratada deverá assegurar que os itens sejam entregues em perfeito estado de conservação, confeccionados com flores naturais, frescas e em padrão compatível com a finalidade institucional da contratação.
- 5.7. Constatada, no ato da entrega ou imediatamente após o recebimento, qualquer desconformidade quanto à qualidade, apresentação, composição, avarias no transporte ou divergência em relação às especificações solicitadas, a CONTRATADA deverá promover a substituição IMEDIATA do item, de modo a não comprometer a finalidade da contratação.
- 5.8. A contratada será integralmente responsável pelo transporte, acondicionamento, montagem, acabamento e entrega dos arranjos florais, incluindo todos os materiais, insumos, embalagens, mão de obra e demais recursos necessários à perfeita execução do objeto, sendo vedado o repasse de quaisquer custos adicionais à Administração.
- 5.9. A responsabilidade da contratada compreende a manutenção da integridade estética e física do item até efetiva entrega no local indicado pela Administração ou destinatário informado no acionamento.
- 5.10. Em razão da natureza do objeto, não se aplica manutenção preventiva ou assistência técnica continuada, permanecendo a contratada responsável pela substituição imediata dos itens entregues em desacordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 5.11. Entende-se por correção de desconformidade a medida destinada a sanar falhas verificadas no fornecimento, compreendendo a substituição integral do item, ajustes de acabamento, recomposição do arranjo floral ou demais providências necessárias ao atendimento das especificações solicitadas.
- 5.12. Os itens que apresentarem vício, deterioração precoce, avarias no transporte ou divergência em relação ao pedido deverão ser substituídos por outros novos, confeccionados com flores naturais frescas e em padrão de qualidade igual ou superior ao inicialmente exigido, sem ônus adicional para a Administração.
- 5.13. A contratada deverá fornecer, quando solicitado pela Administração, informações claras acerca da composição floral, dimensões aproximadas, forma de acondicionamento e demais orientações necessárias ao adequado recebimento do objeto.





**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA PENAL DO ESPÍRITO SANTO
DIRETORIA ADJUNTO DA POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL AO SERVIDOR**

- 5.14. Os fiscais designados pela Administração deverão acompanhar as etapas de solicitação, entrega e recebimento dos itens, podendo verificar a conformidade do fornecimento, solicitar esclarecimentos, registros comprobatórios, imagens ou quaisquer informações necessárias à validação da execução contratual.

6. MODELO DE GESTÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “f”, e art. 92, inciso XVIII, da Lei nº 14.133/2021)

- 6.1. A execução deverá observar as cláusulas previstas neste Termo de Referência, na Lei nº 14.133/2021, no Decreto Estadual nº 5.545- R/2023 e demais normativos aplicáveis, sendo cada parte responsável pelas consequências de eventual inexecução total ou parcial das obrigações assumidas;
- 6.1.1. As disposições deste Termo de Referência complementam a Ordem de Fornecimento e integram a contratação, prevalecendo as condições estabelecidas naquele instrumento em caso de divergência, observado o disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 6.2. O órgão poderá convocar, a qualquer tempo, o representante da empresa para adoção de providências, as quais deverão ser atendidas de imediato, sob pena de aplicação das sanções previstas no item 17 deste Termo de Referência;
- 6.3. A gestão da contratação será exercida por servidor formalmente designado, responsável pelo acompanhamento da execução contratual, com apoio de fiscais nomeados conforme os arts. 10 e 11 do Decreto Estadual nº 5.545-R/2023;
- 6.4. Compete ao gestor acompanhar a execução sob os aspectos administrativos, financeiros e operacionais, adotando medidas para prevenir falhas, corrigir desvios e aplicar sanções em caso de inadimplemento;
- 6.5. Os fiscais atuarão sob coordenação do gestor, com atribuições específicas para verificação da conformidade técnica dos bens entregues, observando prazos, quantidades, condições de entrega e apresentação, demais exigências contratuais, conforme previsto neste Termo de Referência e na proposta apresentada;





**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA PENAL DO ESPÍRITO SANTO
DIRETORIA ADJUNTO DA POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL AO SERVIDOR**

- 6.6. Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial, deverão ser observadas as disposições dos art. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a fim de apurar a responsabilidade da Contratada e eventualmente aplicar sanções;

COMPETE À CONTRATANTE

- 6.7. Proporcionar todas as condições necessárias para que a CONTRATADA possa cumprir o objeto desta Ata de Registro de Preços;
- 6.8. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
- 6.9. Receber os itens/objetos conforme especificações, quantidade, local e prazos estabelecidos na cláusula 5 deste Termo de Referência;
- 6.10. Proceder à conferência física dos bens entregues, com emissão de recibo provisório e termo de recebimento definitivo, conforme exposto na cláusula 5 deste Termo de Referência;
- 6.11. Informar formalmente a contratada sobre quaisquer inconformidades, falhas ou vícios detectados;
- 6.12. Atestar a entrega do objeto e a Nota Fiscal/Fatura correspondente após constatar o fiel cumprimento da obrigação, prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 6.13. Efetuar os pagamentos devidos, desde que cumpridas as obrigações contratuais e fiscais pela contratada;
- 6.14. Permitir acesso da contratada às dependências para entrega e montagem respeitadas as normas de segurança interna;
- 6.15. Fiscalizar a execução contratual por meio de gestor e fiscais designados, intervindo quando necessário;
- 6.16. Rejeitar, total ou parcialmente, os bens em desacordo com as exigências contratuais;

COMPETE À CONTRATADA





**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA PENAL DO ESPÍRITO SANTO
DIRETORIA ADJUNTO DA POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL AO SERVIDOR**

- 6.17. Realizar a confecção, montagem, acondicionamento e entrega dos itens nos prazos, locais e condições estabelecidos na Cláusula 5 deste Termo de Referência;
- 6.18. Garantir que os itens fornecidos sejam confeccionados com flores naturais, frescas, sem uso prévio, em adequado estado de conservação e em conformidade com as especificações solicitadas, responsabilizando-se por corrigir, recompor ou substituir, sem ônus à CONTRATANTE, qualquer item que apresentar avarias, falhas de apresentação, deterioração precoce, defeitos ou desconformidades.
- 6.19. Apresentar, no ato da entrega da nota fiscal, os documentos de regularidade fiscal e trabalhista, caso não possam ser verificados por sistema eletrônico;
- 6.20. Comunicar formalmente à Administração qualquer fato que possa comprometer a execução contratual, justificando documentalmente o ocorrido;
- 6.21. Responder integralmente por danos causados à Administração ou a terceiros durante a execução da contratação, inclusive os decorrentes de transporte, manuseio, montagem, acondicionamento ou entrega dos itens;
- 6.22. Manter, durante toda a vigência dos instrumentos contratuais firmados a partir desta Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas na licitação, em conformidade com as obrigações assumidas;
- 6.23. Responde a contratada, integral e exclusivamente, pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais, ambientais e demais obrigações legais, relativas à execução da Ordem de Fornecimento, sendo vedado qualquer repasse de responsabilidade à contratante, nos termos do disposto no art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “g” e art. 92, inciso VI, da Lei nº 14.133.2021)

- 7.1. Não será utilizado o Instrumento de Medição de Resultados - IMR, tendo em vista que se trata de bens com entrega imediata, cujo resultado pode ser verificado imediatamente à entrega dos bens, por meio de conferência e contagem dos itens.





**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA PENAL DO ESPÍRITO SANTO
DIRETORIA ADJUNTO DA POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL AO SERVIDOR**

DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

- 7.2. Os objetos serão recebidos provisoriamente pelo fiscal, por comissão especialmente designada ou por servidor indicado pela Administração, mediante verificação da conformidade dos itens entregues com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência. O recebimento poderá ser formalizado por meio de atesto na nota fiscal, recibo, registro eletrônico, imagem ou qualquer outro meio idôneo compatível com a natureza emergencial e perecível do objeto contratado.
- 7.3. Os objetos poderão ser rejeitados total ou parcialmente, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desconformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta apresentada, devendo ser substituídos ou recompostos de forma imediata pela contratada, sem ônus adicional para a Administração e sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 7.4. Havendo irregularidades impeditivas ao recebimento provisório, o fiscal deverá comunicar formalmente à contratada para adoção imediata das providências necessárias.
- 7.5. Após o recebimento provisório, o fiscal deverá manifestar-se quanto ao atendimento das exigências de qualidade, apresentação e conformidade do objeto, preferencialmente no ato da entrega ou no mesmo dia, de modo a não comprometer a finalidade da contratação.
- 7.6. Na impossibilidade de manifestação imediata, especialmente em casos de entrega realizada fora do expediente administrativo, o fiscal deverá se pronunciar no primeiro dia útil subsequente, para subsidiar o recebimento definitivo.
- 7.7. Caso sejam constatadas irregularidades que impeçam o recebimento definitivo, o gestor deverá solicitar à CONTRATADA, por escrito, as devidas correções, as quais deverão ser realizadas de forma imediata ou no menor prazo possível, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 7.8. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências complementares.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA PENAL DO ESPÍRITO SANTO
DIRETORIA ADJUNTO DA POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL AO SERVIDOR

- 7.9. Havendo divergência quanto ao cumprimento contratual, será observado o art. 143 da Lei nº 14.133/2021, admitindo-se o pagamento da parcela incontroversa, quando cabível.
- 7.10. O prazo para saneamento de inconsistências na nota fiscal ou na entrega do objeto não será computado para fins de recebimento definitivo.
- 7.11. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada por vícios, falhas, avarias ou desconformidades posteriormente constatadas, observada a natureza do objeto.
- 7.12. O recebimento provisório poderá ser dispensado quando, pela simplicidade do objeto e imediata conferência no ato da entrega, for possível a emissão direta do recebimento definitivo.

NOTA FISCAL

- 7.13. Para fins de exame da Nota Fiscal, o fiscal deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 7.13.1. O prazo de validade;
 - 7.13.2. A data de emissão;
 - 7.13.3. Os dados da Ordem de Fornecimento e do órgão contratante;
 - 7.13.4. O período respectivo de execução da Ordem de Fornecimento;
 - 7.13.5. O valor a pagar;
 - 7.13.6. E eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;
- 7.14. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 7.15. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal;





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA PENAL DO ESPÍRITO SANTO
DIRETORIA ADJUNTO DA POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL AO SERVIDOR

7.16. O Contratado deverá apresentar nota fiscal/fatura que registre o valor dos bens/serviços, o valor líquido da nota e o valor dos impostos sujeitos a retenção na fonte, inclusive o ISSQN (quando for o caso) e o destaque do Imposto de Renda na Fonte (conforme disposto na IN/RFB 1.234/2012, ou a que vier a substituí-la, e no Decreto Estadual 5.460-R/2023), os quais serão retidos e recolhidos diretamente pela Administração contratante;

CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO NO CURSO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

7.17. A Administração deverá verificar a manutenção das condições de habilitação na forma do inciso III do art. 10 do Decreto nº 5.545-R/2023.

7.18. Constatado que o Contratado não se encontra em situação de regularidade fiscal ou trabalhista, o mesmo será notificado para no prazo de 10 (dez) dias úteis regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, observando-se o procedimento de aplicação de sanções.

7.19. Transcorrido esse prazo, ainda que não comprovada a regularidade e que não seja aceita a defesa apresentada, o pagamento será efetuado, sem prejuízo da tramitação do procedimento de aplicação de sanções.

7.20. Em não sendo aceitas as justificativas apresentadas pelo Contratado, poderá ser aplicada multa de até 2% (dois por cento) sobre o valor da solicitação não atendida ou da parcela inadimplida, sem prejuízo das demais sanções cabíveis previstas na Lei nº 14.133/2021.

7.21. Depois de transcorridos 30 (trinta) dias úteis da notificação da multa, se a empresa não regularizar a pendência fiscal ou trabalhista, deverá a Administração decidir sobre iniciar ou não procedimento de rescisão do contrato ou instrumento equivalente, podendo deixar de fazê-lo se reputar que a extinção antecipada ocasionará expressivos prejuízos ao interesse público.

7.22. Em se tratando de irregularidade fiscal decorrente de crédito estadual, o Contratante informará à Procuradoria Fiscal da Procuradoria Geral do Estado sobre os créditos em favor da empresa, antes mesmo da notificação à empresa.





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA PENAL DO ESPÍRITO SANTO
DIRETORIA ADJUNTO DA POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL AO SERVIDOR

DO PRAZO DE PAGAMENTO

- 7.23. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo, nos termos do art. 32 do Decreto Estadual nº 5545-R/2023.
- 7.24. Ao enviar a solicitação de pagamento, o gestor deve especificar a data de vencimento da obrigação.
- 7.25. Decorrido o prazo indicado no item anterior, incidirá multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF \times \frac{12}{100} \times \frac{ND}{360}$$

Onde:

VM = Valor da Multa Financeira.

VF = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

- 7.26. Incumbirão à CONTRATADA a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da fatura devida, a ser revisto e aprovado pela CONTRATANTE, juntando-se o cálculo da fatura.
- 7.27. A liquidação das despesas obedecerá rigorosamente ao estabelecido na Lei 4.320/1964, assim como na Lei Estadual 2.583/1971.
- 7.28. Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.

DA FORMA DE PAGAMENTO

- 7.29. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 7.30. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.31. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA PENAL DO ESPÍRITO SANTO
DIRETORIA ADJUNTO DA POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL AO SERVIDOR

- 7.32. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.33. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea “h”, da Lei nº 14.133/2021)

- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Licitação, na modalidade Pregão, sob a forma Eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.
- 8.2. Nos termos do art. 8, inciso VI, do Decreto Estadual 5354-R de 2023, poderá ocorrer o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preços iguais aos do vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação, e do proponente que mantiver sua proposta final, desde que não seja superior ao estimado.

DA FORMA DE FORNECIMENTO

- 8.3. O fornecimento do objeto será parcelado;
- 8.4. A justificativa para adoção da referida forma parcelada de aquisição, se justifica pela própria natureza do Sistema de Registro de Preços, no qual os bens são adquiridos de acordo com a demanda apresentada (apesar de termos uma média de utilização), bem como de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira.

DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO





**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA PENAL DO ESPÍRITO SANTO
DIRETORIA ADJUNTO DA POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL AO SERVIDOR**

- 8.5. Para fins de habilitação, o fornecedor deverá comprovar os requisitos descritos no Anexo II deste Termo de Referência.

9. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 9.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:
- 9.2. Em caso de força maior, caso fortuito ou ato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;
- 9.3. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.
- 9.4. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 9.5. No caso do reajuste, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos na Ata de Registro de Preços, observado o disposto na legislação vigente
- 9.6. No caso da repactuação, serão observados os requisitos e critérios definidos neste Termo de Referência e na legislação aplicável.

10. NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 10.1. Na hipótese do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado;
- 10.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas;





**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA PENAL DO ESPÍRITO SANTO
DIRETORIA ADJUNTO DA POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL AO SERVIDOR**

- 10.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado;
- 10.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa;
- 10.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem emitido Ordens de Fornecimento decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021;
- 10.2. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, é facultado ao fornecedor requerer a revisão, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:
 - 10.2.1. O requerimento seja formulado antes da formalização do contrato ou aceite da ordem de fornecimento ou execução;
 - 10.2.2. A modificação das condições que impactam na formação do preço seja substancial e extraordinária, de forma a caracterizar alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor da ARP e os da Administração Pública;
 - 10.2.3. Seja efetivamente comprovada a desatualização, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas;
- 10.3. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor, cabendo ao órgão ou entidade gerenciadora a análise e deliberação a respeito do pedido;





**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA PENAL DO ESPÍRITO SANTO
DIRETORIA ADJUNTO DA POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL AO SERVIDOR**

- 10.4. Ao receber o pedido, o órgão ou entidade gerenciadora poderá decidir pela suspensão da ata, até a conclusão da análise;
- 10.5. Comprovada a desatualização decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá:
 - 10.5.1. Efetuar a atualização do preço registrado, nos termos requeridos pelo fornecedor, mediante celebração de termo aditivo; e
 - 10.5.2. Cancelar o preço registrado, liberando o fornecedor do compromisso assumido, sem a aplicação de sanções administrativas.
- 10.6. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e na ata;
- 10.7. Na hipótese do cancelamento do registro de preços previsto no item 10.5.2, o órgão ou entidade gerenciadora poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva que aceitaram cotar o objeto em preços iguais aos do vencedor ou que mantiveram sua proposta final;
- 10.8. Excepcionalmente, na hipótese do item 10.7 a Administração poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido sem a aplicação de sanções quando, constatada a existência de fato superveniente que implique em desatualização dos preços, não for possível quantificar seu impacto no valor originalmente registrado;
- 10.9. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos ou instrumentos equivalentes, decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

11. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
--

- 11.1. O fornecedor terá o registro do seu preço cancelado quando:





**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA PENAL DO ESPÍRITO SANTO
DIRETORIA ADJUNTO DA POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL AO SERVIDOR**

- 11.1.1 Descumprir as condições da ARP;
 - 11.1.2. Não formalizar o contrato ou retirar a ordem de fornecimento no prazo estabelecido pela ARP, sem justificativa aceitável;
 - 11.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
 - 11.1.4. Sofrer sanção prevista no inciso III ou IV do caput do art. 156 da Lei 14.133, de 2021, observada a abrangência definida nos §§ 4º e 5º do referido dispositivo.
- 11.2. Na hipótese do item 11.1.4, caso a sanção aplicada não ultrapasse o prazo de vigência da ARP, poderá o órgão ou entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, sendo vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- 11.3. O cancelamento do registro será formalizado por decisão fundamentada da autoridade máxima do órgão ou entidade gerenciadora, assegurado o contraditório e a ampla defesa nas hipóteses previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.4;
- 11.4. Além das demais hipóteses previstas neste regulamento, o cancelamento do registro de preços poderá ocorrer, justificadamente:
- 11.4.1. Por razões de interesse público; ou
 - 11.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

**12. DA PARTICIPAÇÃO NA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS – IRP
(art.11, do decreto nº5354-R de 2023)**

- 12.1. Em conformidade com o disposto no art. 11 do Decreto Estadual nº 5.354-R/2023, o número máximo de órgãos e entidades participantes da presente Intenção de Registro de Preços (IRP) será limitado a 03 (três), em observância à capacidade de gerenciamento deste órgão gerenciador e ao juízo de conveniência e oportunidade da Administração, considerando a necessidade de assegurar adequado controle da gestão e da execução contratual, evitar sobrecarga administrativa decorrente de adesões excessivas, bem como garantir acompanhamento técnico e operacional compatível com as





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA PENAL DO ESPÍRITO SANTO
DIRETORIA ADJUNTO DA POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL AO SERVIDOR

especificidades do objeto, de modo a preservar a eficiência, a economicidade, a fiscalização adequada e a qualidade da execução contratual.

12.2. Conforme art. 8, inciso VII do Decreto 5354-R, de 28 de março de 2023, é vedada à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado.

12.3 Fica assegurado que, mesmo com a limitação de participantes, será preservada a competitividade do certame, garantindo-se igualdade de condições aos interessados, em consonância com os princípios da legalidade, da eficiência e da isonomia.

ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTE

12.4. O órgão gerenciador será a Polícia Penal do Espírito Santo.

12.5. Não houve manifestação de interesse de outros órgãos ou entidades para participação na Intenção de Registro de Preços (IRP).

13. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 A adesão à Ata de Registro de Preços observará os limites legais e regulamentares vigentes, devendo ser previamente autorizada pelo órgão gerenciador, que avaliará a capacidade de atendimento, o impacto na execução contratual e a vantajosidade da adesão, nos termos do art. 86 da Lei nº 14.133/2021.

13.2 A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes ficará limitada a 50% (cinquenta por cento) da quantidade registrada em cada item da Ata, respeitados os limites individuais e globais de adesão previstos no Decreto Estadual nº 5.354-R/2023, bem como a autorização expressa do órgão gerenciador.

14. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “i”, da Lei nº 14.133/2021)

14.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 33.499,25 (trinta e três mil, quatrocentos e noventa e nove reais e vinte e cinco centavos)** para o quantitativo máximo.

14.2. Os valores orçados para os itens e que servem de base para o valor de referência da Contratação encontram-se anexos ao Estudo Técnico Preliminar (ETP).



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA PENAL DO ESPÍRITO SANTO
DIRETORIA ADJUNTO DA POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL AO SERVIDOR

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea “j”, da Lei 14.133/2021)

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento.

15.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- (a) Gestão/Unidade: 460113;
- (b) Fonte de Recursos: 1500;
- (c) Programa de Trabalho: 10.46.113.06.181.0053.2367;
- (d) Elemento de Despesa: 3.390.30
- (e) Plano Interno: Não se aplica

15.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. MATRIZ DE RISCO (art. 92, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021)

16.1. Em atendimento ao disposto no art. 92, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021 e ao Decreto Estadual nº 5.352-R/2023, verificou-se, no âmbito da análise de riscos realizada, que não foram identificadas situações supervenientes ou fatores relevantes capazes de alterar o valor estimado do objeto ou de impactar significativamente o equilíbrio econômico-financeiro do contrato ou instrumento equivalente, considerando-se a natureza padronizada dos itens, a estabilidade do mercado fornecedor e a previsibilidade das condições de fornecimento.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, inciso XIV, da Lei nº 14.133/2021)





**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA PENAL DO ESPÍRITO SANTO
DIRETORIA ADJUNTO DA POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL AO SERVIDOR**

17.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o fornecedor que:

- (a) der causa à inexecução parcial do fornecimento;
- (b) der causa à inexecução parcial do fornecimento que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- (c) der causa à inexecução total do fornecimento;
- (d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- (e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da Ordem de Fornecimento;
- (f) praticar ato fraudulento na execução da Ordem de Fornecimento;
- (g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- (h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

17.2. Serão aplicadas ao fornecedor que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

17.2.1. Advertência, quando o fornecedor der causa à inexecução parcial do fornecimento, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133/2021);

17.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem 17.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);

17.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem 17.1, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133/2021);

17.2.4. Multas (art. 156, II, e § 3º, da Lei nº 14.133/2021), observados os seguintes parâmetros:

17.2.4.1. Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia útil de atraso injustificado sobre o valor da solicitação/parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

17.2.4.2. Multa compensatória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento) incidente sobre o valor da Ordem de Fornecimento, para a infração descrita na alínea "a" do subitem 17.1;

17.2.4.3. Multa compensatória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 20% (vinte por cento) incidente sobre o valor da Ordem de Fornecimento, para as infrações descritas nas alíneas "b" a "h" do subitem 17.1.

17.3. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção unilateral da Ordem de Fornecimento por descumprimento ou cumprimento irregular, convertendo a multa moratória em multa compensatória (art. 162, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021).

17.4. Em caso de reincidência, o valor total das multas aplicadas não poderá exceder o limite de 30% (trinta por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços ou da Ordem de Fornecimento a que se referir a infração.





**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA PENAL DO ESPÍRITO SANTO
DIRETORIA ADJUNTO DA POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL AO SERVIDOR**

- 17.5. A aplicação das sanções previstas neste item não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133/2021).
- 17.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, na forma do art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133/2021.
- 17.7. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133/2021): a natureza e a gravidade da infração cometida; as peculiaridades do caso concreto; as circunstâncias agravantes ou atenuantes; os danos que dela provierem para o Contratante; e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 17.8. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133/2021).
- 17.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, assim como as seguintes regras:
- 17.9.1. Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, a Administração deverá notificar o fornecedor, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;
- 17.9.2. A notificação deverá ocorrer pessoalmente, eletronicamente, com confirmação de recebimento, ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;
- 17.9.3. O prazo para apresentação de defesa prévia para a penalidade de advertência será de 05 (cinco) dias úteis e de 15 (quinze) dias úteis para as demais penalidades, contados na forma do art. 183 da Lei nº 14.133/2021;
- 17.9.4. O fornecedor comunicará ao órgão gerenciador as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência da Ata, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;
- 17.9.5. Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, a Administração proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso, que deverá ser exercido nos termos da Lei nº 14.133/2021;
- 17.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública, que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133/2021).
- 17.11. A personalidade jurídica do fornecedor poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste item ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com





**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA PENAL DO ESPÍRITO SANTO
DIRETORIA ADJUNTO DA POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL AO SERVIDOR**

relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o fornecedor, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133/2021).

- 17.12. O órgão gerenciador deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da Lei nº 14.133/2021).
- 17.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.
- 17.14. Os débitos relativos a multas moratória e compensatória e as indenizações cabíveis poderão ser descontados dos valores devidos pela Administração ao fornecedor e, se insuficientes, a diferença poderá ser objeto de cobrança judicial (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133/2021).
 - 17.14.1. Os débitos do fornecedor para com a Administração contratante poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos decorrentes de outras Ordens de Fornecimento que o fornecedor possua com o Estado do Espírito Santo.
- 17.15. Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução da contratação, nos termos da Lei nº 12.846/2013, será objeto de imediata apuração, observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

DA EXTINÇÃO DA CONTRATAÇÃO E DAS HIPÓTESES DE INADIMPLEMENTO

- 17.16. Constatado o inadimplemento total ou parcial das obrigações previstas neste Termo de Referência ou na Ordem de Fornecimento, aplicam-se, no que couber, as hipóteses de extinção previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções administrativas de que trata este item.
- 17.17. A extinção poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nas hipóteses de inadimplemento previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, ou consensualmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no respectivo processo, quando conveniente para a Administração.
- 17.18. Constatada divergência quanto ao cumprimento das obrigações previstas neste Termo de Referência, aplica-se o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, admitindo-se o pagamento da parcela incontroversa, sem prejuízo do regular processamento do procedimento de apuração de responsabilidade e, se for o caso, de extinção da contratação.
- 17.19. A extinção da contratação não prejudica a aplicação das sanções administrativas cabíveis nem exime o fornecedor da reparação integral dos danos eventualmente causados à Administração ou a terceiros.





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA PENAL DO ESPÍRITO SANTO
DIRETORIA ADJUNTO DA POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL AO SERVIDOR

18. DA PROTEÇÃO DE DADOS

- 18.1. Na execução do objeto, devem ser observados os ditames da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) – LGPD, notadamente os relativos às medidas de segurança e controle para proteção dos dados pessoais a que tiver acesso mercê da relação jurídica estabelecida, mediante adoção de boas práticas e de mecanismos eficazes que evitem acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito de dados.
- 18.2. A contratada obriga-se a dar conhecimento formal a seus prepostos, empregados ou colaboradores das disposições relacionadas à proteção de dados e a informações sigilosas, na forma da Lei 13.709/2018 (LGPD), da Resolução/ CNJ 363/2021 e da Lei 12.527/2011.
- 18.3. Obriga-se também a comunicar à Administração, em até 24 (vinte e quatro) horas, contadas do instante do conhecimento, a ocorrência de acessos não autorizados a dados pessoais, de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou de qualquer outra forma de tratamento inadequado, suspeito ou ilícito, sem prejuízo das medidas previstas no art. 48 da Lei 13.709/2018 (LGPD).
- 18.4. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com os princípios e as hipóteses previstas nos arts. 6º, 7º e 11 da Lei 13.709/2018 (LGPD), limitado ao estritamente necessário à consecução do objeto, na forma deste instrumento e seus anexos.

19. ANEXOS

ANEXO II – Requisitos de Habilitação

ANEXO III- Mapa do Espírito Santo - macroregiões

Vitoria/ES, 03 de agosto de 2026.

Assinado eletronicamente
Juliana Samara Molaes
Chefe de divisão - DAPS





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA PENAL DO ESPÍRITO SANTO
DIRETORIA ADJUNTO DA POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL AO SERVIDOR

ANEXO II – REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

(art. 22, 45 e 103 da Lei 14.133/2021, art. 19 a 22 do Decreto 5352-R/2023)

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.





**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA PENAL DO ESPÍRITO SANTO
DIRETORIA ADJUNTO DA POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL AO SERVIDOR**

1.9. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

1.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

2.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

2.2.1 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

2.2.2 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar 123/2006 estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

2.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

2.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Pública Municipal da sede da licitante.





**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA PENAL DO ESPÍRITO SANTO
DIRETORIA ADJUNTO DA POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL AO SERVIDOR**

2.7. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (onde for sediada a empresa e a do Estado do Espírito Santo, quando a sede não for deste Estado).

2.8. Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da licitante, os documentos exigidos neste item também deverão ser apresentados pela filial executora do contrato ou instrumento equivalente, sem prejuízo para a exigência de apresentação dos documentos relativos à sua matriz;

2.9. Nos casos de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, não se exige comprovação de regularidade fiscal para fins de habilitação, mas somente para formalização da contratação, observadas as seguintes regras

2.9.1. A licitante deverá apresentar, à época da habilitação, todos os documentos exigidos para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresentem alguma restrição.

2.9.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista, é assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

2.9.3. O prazo a que se refere o item anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período.

2.9.4. Em caso de atraso por parte do órgão competente para emissão de certidões comprobatórias de regularidade fiscal, ou trabalhista, a licitante poderá apresentar à Administração outro documento que comprove a extinção ou suspensão do crédito tributário, respectivamente, nos termos dos arts. 156 e 151 do Código Tributário Nacional, acompanhado de prova do protocolo do pedido de certidão.

2.9.5. Na hipótese descrita no inciso anterior, a licitante terá o prazo de 10 (dez) dias, contado da apresentação dos documentos a que se refere o parágrafo anterior, para apresentar a certidão comprobatória de regularidade fiscal ou trabalhista.

2.9.6. O prazo a que se refere o item anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período, uma única vez, se demonstrado pela licitante a impossibilidade de o órgão competente emitir a certidão.

2.9.7. A formalização da contratação fica condicionada à regularização da documentação comprobatória de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos dos incisos anteriores, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções legais, sendo facultado à Administração convocar as licitantes





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA PENAL DO ESPÍRITO SANTO
DIRETORIA ADJUNTO DA POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL AO SERVIDOR

remanescentes e com elas contratar, observada a ordem de classificação, ou revogar a licitação.

3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133/2021, art. 69, caput, e inciso II) ou certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar do procedimento licitatório, conforme Acórdão de Relação TCU 8271/2011- Segunda Câmara;

3.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação econômico-financeira da licitante;

3.4. As empresas constituídas no exercício financeiro da licitação poderão substituir as demonstrações contábeis pelo balanço de abertura, nos termos do art. 65, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

3.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

3.6. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

3.7. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao Sped.

3.8. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133/2021, art. 65, §1º).

4. HABILITAÇÃO TÉCNICA

4.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta contratação, mediante apresentação de





**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA PENAL DO ESPÍRITO SANTO
DIRETORIA ADJUNTO DA POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL AO SERVIDOR**

atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

4.2. Os atestados deverão referir-se a fornecimentos realizados no âmbito da atividade econômica principal ou secundária da licitante, conforme seu contrato ou estatuto social;

4.3. Será admitida, para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a fornecimentos executados, desde que compatíveis com o objeto licitado.

4.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

4.5. Na hipótese de apresentação de atestado emitido em favor de consórcio do qual a licitante tenha participado, observar-se-á o disposto no art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021.

4.6. O licitante deverá disponibilizar, quando solicitada pela Administração, as informações necessárias à comprovação da autenticidade e legitimidade dos atestados apresentados.





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA PENAL DO ESPÍRITO SANTO
DIRETORIA ADJUNTO DA POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL AO SERVIDOR

ANEXOIII

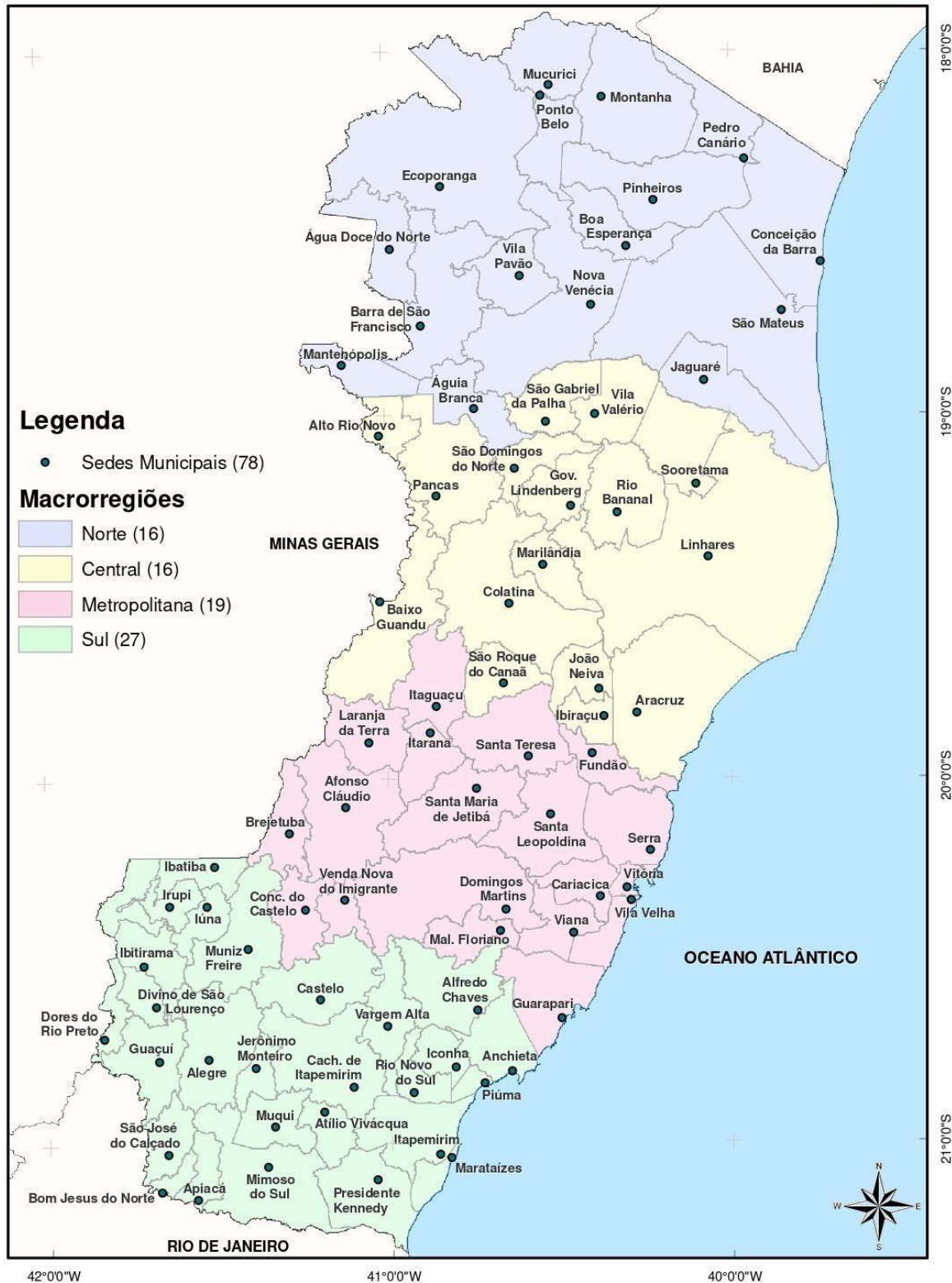


INSTITUTO DE DEFESA
AGROPECUÁRIA E FLORESTAL
DO ESPÍRITO SANTO

MACRORREGIÕES DE PLANEJAMENTO

Lei 9.768/2011

GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Agricultura,
Abastecimento, Aquicultura e Pesca



Sistema de Projeção UTM - zona 24S
DATUM SIRGAS2000

0 16 32 48 64 80 Km
1:1.600.000

Fonte: Bases Cartográficas Idaf
Elaboração: Idaf/Getcar/Sgeo



Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

JULIANA SAMARA MOLAES
CHEFE DE DIVISAO PPES
DAPS - PPES - GOVES
assinado em 03/08/2026 10:55:22 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 03/08/2026 10:55:22 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por JULIANA SAMARA MOLAES (CHEFE DE DIVISAO PPES - DAPS - PPES - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2026-XH6430>

